

comércio apreensivo

Um ano cinzento. Essa previsão do presidente Fernando Collor de Mello, para as atividades econômicas de 1991, está causando apreensão no empresariado local. A possibilidade de mais um ano sombrio, com a continuidade de aperto monetário e de recessão, assusta principalmente o comércio que fechou 1990 em baixa, registrando queda de 25 por cento nas vendas, do ano, com relação a 1989 segundo dados da Associação Commercial. A indústria também foi atingida, mas há uma divisão de opiniões, nos setores produtivos, quanto aos efeitos econômicos da política recessiva. Os empresários da construção civil, por exemplo, apostam em uma recuperação, em curto espaço de tempo, em função das inúmeras obras que o governo Roriz pretende desenvolver. Já os comerciantes e industriais só visualizam um reaquecimento no mercado no final deste ano e início de 1992.

“O programa de governo de Joaquim Roriz é ambicioso, mas correto. Incrementar a construção civil significa a retomada do desenvolvimento rápido”, disse o presidente do sindicato da Construção Civil, José Eustáquio Ferreira. Segundo ele, o se-

tor da construção tem uma particularidade importante: cada emprego direto nas empresas construtoras significa dois indiretos. Ou seja, as firmas que revendem materiais básicos para as obras, como as serralherias, olarias e comércios afins, são obrigadas a aumentar o quadro de funcionários em função do incremento na demanda.

Os últimos anos têm sido muito difíceis para a construção segundo Eustáquio, mas ele acredita no governo. “Roriz é um homem sério, por isso, esperamos que os compromissos sejam cumpridos”, disse. Caso tudo corra bem, ele garante que as construtoras de Brasília terão condições de tocar todas as obras. O setor da construção civil é importante em função de absorver mão-de-obra não-qualificada.

O presidente do Clube dos Diretores Lojistas, Sérgio Viotti, disse que o governador já mostrou a sua competência e, sendo assim, os lojistas esperam que ele cumpra suas promessas. Viotti defende a implementação do Programa de Industrialização (Proin) como uma das formas de desenvolvimento local e geração de empregos. Segundo ele, a in-

crementação do Proin representa retorno garantido. “Precisamos gerar emprego. O polo industrial é o primeiro passo para melhorar a situação. O governo arrecadaria mais impostos para realizar suas obras e o povo teria um mercado de trabalho mais amplo. O comércio também ganharia com isto”, disse.

“Os bancos têm interesse que baixem os juros. A mercadoria deles é o dinheiro e, atualmente, faltam tomadores”, disse o presidente da Federação dos Bancos de Brasília, Valmir Jacinto Pereira. Os banqueiros, segundo ele, querem que o Governo reveja a política monetarista. Eles dizem que o Banco Central está valorizando muito os bônus e as letras criando, em consequência, taxas de juros absurdas. A cascata do aumento da taxação, disse ele, reflete em todos os setores e isto tem que ter um fim. Apesar de tudo, Pereira acredita que o brasileiro está começando a aprender a conviver “sem a cultura inflacionária”. Boa parte do setor empresarial já se mostra disposto a colaborar com o Governo abrindo mão de um percentual de margem de lucro evitando, com isto, principalmente, o aumento da expectativa da inflação.

Melhora só após liberação dos cruzados

“Nós estamos muito apreensivos devido ao processo de recessão que se instala no País. O comércio fechou o ano com uma queda acentuada nas vendas com relação a 1989 e as perspectivas para o primeiro trimestre deste ano não são muito animadoras”. Este é o pensamento do presidente em exercício da Associação Commercial, Francisco Almir Gomes. Segundo ele, a situação só vai melhorar no segundo semestre quando o Governo Federal liberar os cruzados presos e todos já tiverem adquirido seus imóveis funcionais. Ele afirma que os empresários têm de se unir para forçar uma queda na taxa de juros, porque esta seria uma das formas de incentivar o consumo. Atualmente, as pessoas estão evitando comprar a prazo com medo da taxação mensal que já atinge mais de 30 por cento principalmente nas lojas revendedoras de bens duráveis.

Almir Gomes disse que o setor que mais sofreu perdas, ano passado, foi o agropecuário. As firmas que vendem tratores e implementos agrícolas tiveram suas vendas reduzidas em 70 por cento. O comércio de jóias, calçados finos e produtos considerados superfluos também sentiram, com intensidade, os efeitos da recessão. Os supermercados fecharam o ano com queda de 12 por cento nas vendas sendo que este índice é o maior termômetro para medir como anda o bolso do brasiliense.

Neto as negociações feitas no Natal serviram para acabar com o estoque, segundo Almir Gomes. Somente as Lojas Americanas e

as Brasileiras conseguiram escoar os brinquedos encalhados durante boa parte do ano. As demais ainda permanecem com mercadorias. O conselho, enviado aos comerciantes, pela Associação Commercial, é o seguinte: ninguém deve formar grandes estoques e sim trabalhar com o que tem em casa. Esta é uma forma de forçar a indústria a baixar o preço desencadeando um processo contra a inflação. Compras somente à vista ou com juros pequenos, caso contrário o quadro recessivo vai se agravar ainda mais.

Na opinião do diretor da Área de Fomento e Industrialização da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Kalumi Pires, a chegada do governador Roriz não importa em reaquecimento imediato na economia local. Segundo ele, tanto a obra do metrô de superfície quanto as demais construções só vão refletir no mercado em 1992. “O processo é lento e demorado e, além disso, não há recursos para fazer tudo de uma vez. O Distrito Federal não é uma ilha isolada do resto do País. O processo de recessão é muito grande e o povo perdeu muito do seu poder aquisitivo. Não se resolve isso com o desenvolvimento de algumas obras. A situação é bem mais grave”, disse Pires.

O diretor da Fibra afirma que o Proin não vai ser desenvolvido a curto prazo. É necessário que o governo, segundo ele, reveja a forma de revenda dos terrenos, que estão muito caros, e incentive os industriais baixando a taxa de impostos e de juros. Um terreno de 30 mil metros quadrados, à venda pela Terracap, custa

cerca de três milhões de dólares. Quantia, considerada inviável para quem pretende investir na indústria”, disse Pires. Apesar dos problemas, a diretoria da Fibra acredita que a incrementação do Proin é uma das únicas saídas para evitar que o DF se torne um local perigoso devido ao alto índice de desemprego e suas consequências na sociedade.

A recessão traz o desemprego. E, como não podia deixar de ser, foi este fantasma que assustou muita gente em 1990. Segundo dados fornecidos pela presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no DF, Elzira Maria do Espírito Santo, até dezembro mais de dez mil trabalhadores da construção civil foram demitidos em Brasília. “Por dia eram homologadas de 200 a 300 demissões no sindicato da categoria”, disse ela.

“As perspectivas para 1991 não são boas. Nós vamos lutar, principalmente, contra as demissões”, frisou Elzira. Segundo ela, o governo tem de incentivar as pequenas empresas e não aumentar os impostos em uma época de crise. Ela teme que o governo Roriz coloque em prática o plano de reforma administrativa envolvendo a demissão de inúmeros funcionários. “Creio que este é um balão de ensaio que está prestes a explodir no DF”.

A possibilidade do Governo Federal editar medida provisória para beneficiar os trabalhadores que ganham até Cr\$ 120 mil não satisfaz a CUT. Eles querem que volte o sistema do “gatilho” mensal. Elzira afirma que o abono é temporário e não responde ao problema.